

"Pelear hasta vencer los huincas": a conquista do Wallmapu e a resistência mapuche no século XIX

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack¹

Resumo: Na experiência histórica chilena, o *Wallmapu* era comumente descrito pelas autoridades *criollas* como uma região situada "à margem da civilização", já que no século XIX, constituía um espaço de exercício de soberania de grupos mapuche. O objetivo deste artigo é analisar as respostas elaboradas pelos mapuche diante dos movimentos expansionistas que pretendiam incorporar o *Wallmapu* à órbita do poder estatal chileno, ressaltando o papel dos indígenas como sujeitos capazes de se adaptar e resistir às políticas *criollas*.

Palavras-chave: Mapuche; resistência; Wallmapu.

"Pelear hasta vencer los huincas"

The conquest of Wallmapu and the Mapuche resistance in the 19th century

Abstract: In the Chilean historical experience, the *Wallmapu* was usually described by criollos authorities as a region placed "out of civilization", since even in the 19th century, it constituted a space of sovereignty exercise from Mapuche groups. This paper aims to analyze the responses by the Mapuche in face of the expansionist movements that tried to incorporate *Wallmapu* into the orbit of Chilean state power, accentuating their roles as subjects capable to adapt and resist to the criollos politics.

Keywords: Mapuche; resistance; Wallmapu.

Artigo recebido em: 16/01/2022

Artigo aprovado para a publicação em: 10/03/2022

Wallmapu: espaço de resistência indígena

Em julho de 2021, Elisa Loncon Antileo, intelectual mapuche, foi eleita para presidir a Convenção Constitucional (CC) instaurada no Chile em julho de 2021. Esse é mais um indício

¹ Pós-doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Adjunta de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: 0000-0001-8120-9129. E-mail: alegcseixlack@gmail.com

da força política dos mapuche e do protagonismo por eles assumido na luta pela construção de um país plural e inclusivo. O discurso realizado por Loncon em espanhol e *mapudungun*², ao assumir a presidência da CC, claramente materializa e perpetua as reivindicações feitas há séculos pelos grupos indígenas que habitam hoje o que conhecemos como parte da região sul do Chile:

Esta Convención que hoy día me toca presidir transformará a Chile en un Chile plurinacional, en un Chile intercultural, en un Chile que no atente contra los derechos de las mujeres, los derechos de las cuidadoras, en un Chile que cuide a la Madre Tierra, en un Chile que limpie las aguas, en un Chile libre de toda dominación. Un saludo especial a los lamngen mapuche del Wallmapu, este es un sueño de nuestros antepasados, este sueño hoy se hace realidad. Hoy se funda un nuevo Chile plural, plurilingüe, con todas las culturas, con todos los pueblos, con las mujeres y con los territorios, ese es nuestro sueño para escribir una Nueva Constitución. ¡Mañum pu lamngen! ¡Marichiweu! ¡Marichiweu! ¡Marichiweu!³ (ANTILEO, 04/07/2021)

Desde o século XVI, os indígenas foram um grande empecilho à penetração espanhola na porção austral do continente americano conhecida como *Wallmapu*⁴. A resistência nessa região fronteiriça assumiu diferentes matizes ao longo dos séculos, não podendo ser retratada de forma unívoca e linear. Oscilou entre momentos de maior interlocução política e outros de significativo afastamento entre nativos e colonizadores. Por exemplo, se entre 1550 e 1656 podemos falar na ocorrência de um intenso conflito bélico entre ambas as partes, mais conhecido na historiografia como *Guerra de Arauco*, no ano de 1819 Bernardo O'Higgins, em sua qualidade de Diretor Supremo do Estado chileno, reconheceu a independência do *Wallmapu* e apontou a necessidade de construir uma aliança entre o Chile e aquilo que reconhecia como "Estado mapuche". Foi apenas em meados do século XIX que o *Wallmapu* se tornou alvo de projetos expansionistas sistematizados, que visavam à supressão das chamadas "fronteiras internas" e sua incorporação à órbita do poder público, civilizando seus habitantes ou extinguindo-os se necessário.

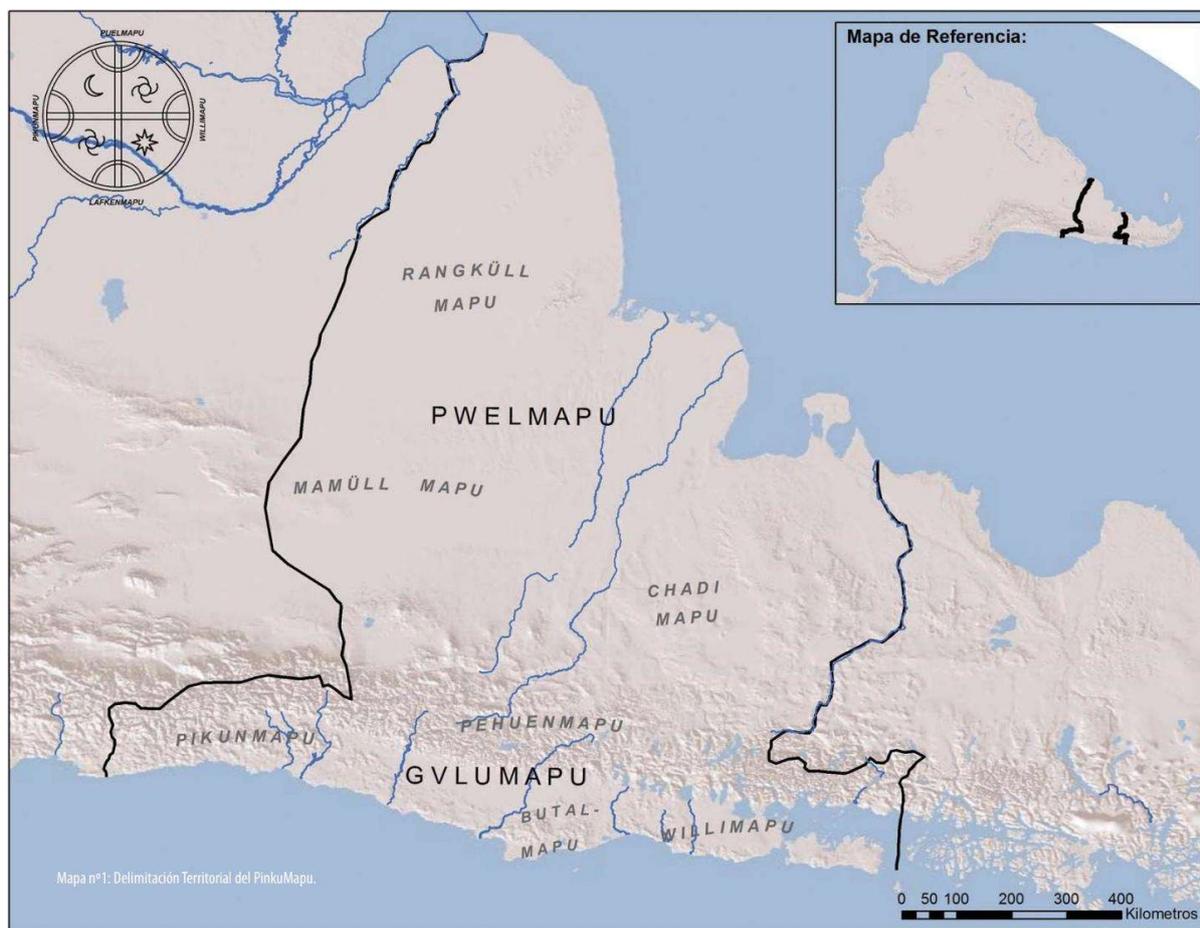
À época da conquista, os grupos nativos que ocupavam a localidade acima referida apresentavam um padrão de assentamento disperso, caracterizado pela organização política

² Língua ancestral mapuche.

³ Expressão que em *mapudugun* denota resistência e significa "dez vezes venceremos".

⁴ Em *mapudungun*, significa "país mapuche". Desde a perspectiva do *mapuche kimün* (conhecimento mapuche), o território é o fundamento da existência e a fonte originária da memória coletiva, demarcando permanentemente o sentido de pertencimento e de identidade coletiva.

acéfala e descentralizada (BOCCARA, 2007). Originalmente, quatro *futamapu*⁵ davam governabilidade ao extenso território, seguindo as orientações do *meli wixan mapu*⁶: *puelche*, *pikunche*, *guluche* e *williche*. (Anexo I)



Anexo I - Mapa do Wallmapu segundo a cartografia mapuche
 (Fonte: MELIN, Miguel; MASILLA, Pablo; ROYO, Manuela. *MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU: Descolonizando el Mapa del Wallmapu, Construyendo Cartografía Cultural en Territorio Mapuche*. Tempuco: Pu Lof Ediciones, 2017. Disponível em <<https://www.oidp.net/docs/repo/doc558.pdf>> Acesso em: janeiro, 2021)

Retratado por Alonso de Ercilla no poema épico *La Araucana* (1569-1589), o sangrento confronto entre nativos liderados por Caupolicán e Lautaro e espanhóis conduzido por Pedro de Valdivia foi responsável por interromper a expansão da colonização para além de cidades como Santiago (1541) e Concepción (1550). No ano de 1554, o governador Francisco de

⁵ Formado a partir da agrupação de vários *ayllarewe*, unidades sociais que não tinham um caráter permanente, sendo constituídas em casos de conflito guerreiro.

⁶ Refere-se aos quatro suportes que direcionam a orientação geral do *mapu*: *Puel mapu* (leste), *Gülu mapu* (oeste), *Pikun mapu* (norte) e *Willi mapu* (sul).

Villagra decretou a evacuação forçada das cidades de Arauco, Santa Cruz, Osorno, Valdivia, La Imperial, Angol e Villarrica. Uma vez abandonada, esta última foi reduzida às cinzas pelos indígenas sublevados.

A incessante resistência indígena na região contribuiu para que, por volta de meados do século XVII, as autoridades coloniais adotassem progressivamente nova política de conquista. Se até então esta havia se caracterizado pela submissão forçada e pelo extermínio, voltava-se agora à pacificação da fronteira meridional por meio das missões jesuíticas e dos *parlamentos* (assembleias)⁷. Segundo Bengoa (2007), um episódio que elucida essa mudança de postura foi a celebração, em 1641, das *Paces de Quilín*⁸, uma capitulação de paz estabelecida entre o governador D. Francisco López de Zúñiga, representante da Coroa espanhola, e Lincopichón e Butapichón, representantes dos “Índios Araucanos do Reino do Chile”. As *Paces de Quilín* foram responsáveis não apenas por estabelecer o rio Bío Bío como linha de fronteira e limite da ocupação espanhola, mas também por reconhecer os nativos como interlocutores políticos.

A partir das tentativas de conquista e colonização dos grupos *reche*⁹, verifica-se no *Wallmapu* a emergência de uma entidade e identidade étnica novas, que tenderiam a se cristalizar na segunda metade do século XVIII: os mapuche. A formação dessa nova “nação” indígena foi resultado de um longo processo de etnogênese e etnificação¹⁰, que resultou em mudanças nas práticas econômicas nativas – como a centralidade adquirida pela criação do gado não autóctone e pela prática dos *malones*¹¹ – e na estrutura sociopolítica e territorial *reche* – como a concentração do poder e a estratificação social. Os caciques *reche* foram transformados em novos tipos de chefatura, que assentavam o seu poder não mais na guerra, mas sim no acúmulo do capital econômico, político e informacional. Embora o *longko* (cacique

⁷ Segundo Huenchuleo (2012), os *parlamentos* devem ser compreendidos enquanto uma forma de mediação entre duas tradições culturais de negociação política: a espanhola (baseada no estabelecimento de tratados) e a indígena pré-hispânica (*Kojagtun*).

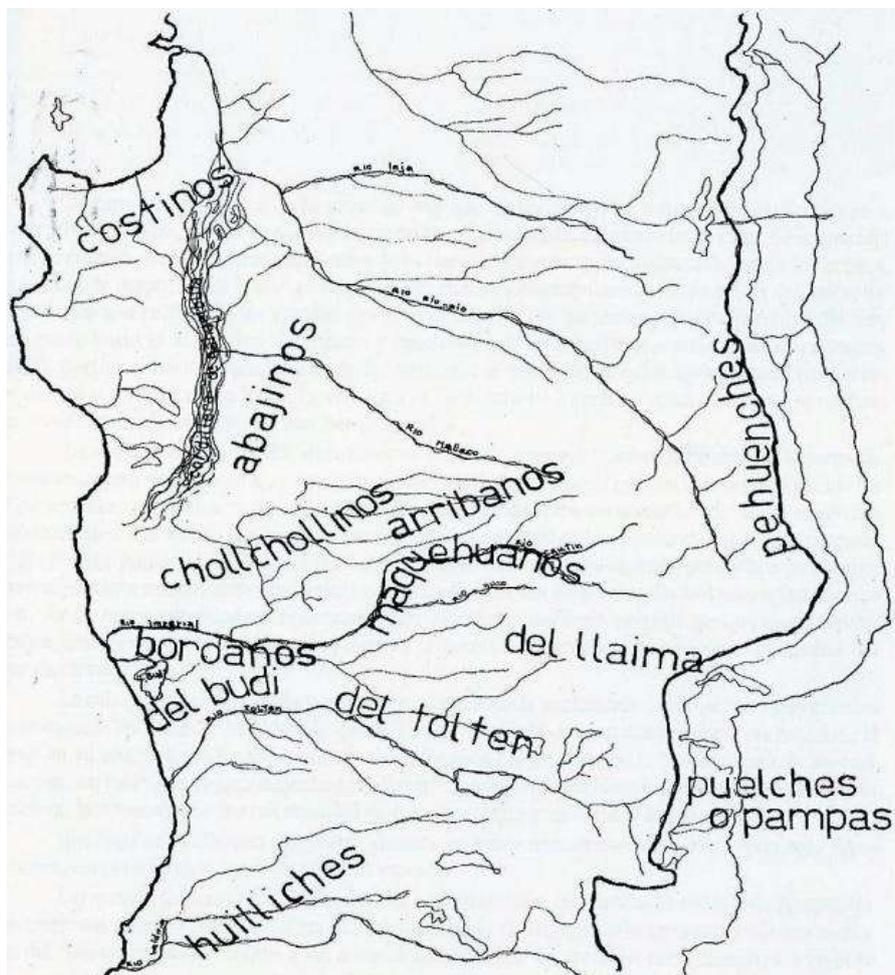
⁸ Na legislação espanhola, “Dar las Paces” significava realizar um acordo ou tratado internacional entre “Estados soberanos” representados por seus príncipes, no intuito de pôr fim a guerras e conflitos, estabelecer uma convivência tranquila e harmoniosa e determinar os limites dos domínios.

⁹ Identidade social que se constituía pelo pertencimento a um *lebo*. Este, por sua vez, era onde se resolviam as questões relativas à guerra e à paz e se desenvolviam as reuniões festivas, guerreiras e religiosas.

¹⁰ Pode-se definir a etnogênese como um processo de reconfiguração social, política, econômica e cultural que implica a redefinição do sentimento identitário e resulta na emergência de uma nova formação social ou de uma identidade étnica ou a reinvenção de etnias já conhecidas. Já a etnificação corresponde ao processo de reorganização social produzido mediante a implementação de tecnologias de saber/poder por parte da presença colonial, que tende a se constituir como hegemônica.

¹¹ Invasões armadas às estâncias *criollas*, voltadas ao roubo do gado, ao rapto de mulheres e crianças ou simplesmente ao manejo do pânico sobre os brancos.

mapuche) fosse dotado de pouco poder institucional ou coercitivo, concentrava em si as funções que antes cabiam a pessoas diferentes, possuindo, dessa maneira, as capacidades de dominação pessoal, de administração de assuntos internos à comunidade e de processamento de informações intra e interétnicas.



Anexo II - A localização geográfica dos principais grupos mapuche no Chile do século XIX
 (Fonte: BENGÓA, José. *Historia del pueblo mapuche (siglo XIX-XX)*. Santiago: Lom Eds, 2000, p.69)

A introdução do poder colonial no *Wallmapu* também modificou profundamente a organização dos *futamapu*. A progressiva ocupação do *Pikun mapu* resultou na agrupação dos indígenas em novas categorias: *pewenche*, *wenteche* (*arribanos*), *nagche* (*abajinos*) e *lafkenche* (*costinos*). (Anexo II) *Abajinos* e *arribanos* assumiram importantes papéis no relacionamento estabelecido com as forças coloniais. Aqueles que ocupavam o território entre Angol e o rio Cautín apoiaram os patriotas contra as tropas realistas durante as guerras de independência, estreitando desde então sua aliança com os *criollos*. Estes, situados entre os rios

Malleco e Cautín, caracterizavam-se pela coesão, pela prática dos *malones* e pela desconfiança nutrida em relação às autoridades *criollos*. Em muito foram favorecidos pela localização geográfica, que lhes conferia maior capacidade de deslocamento em direção ao *Puel mapu*, onde buscavam refúgio e apoio junto a outras parciaisidades indígenas.

Percebe-se que a diplomacia fronteiriça estabelecida entre mapuche e *criollos* esteve atravessada pelo peso desse novo tipo de dirigente indígena – o *longko* –, o que implicou a produção de acordos entre “partes” constantemente revogados e renovados. As redes de intercâmbio de sujeitos, bens materiais e apoios políticos e militares entre as chefaturas mapuche e destas com as autoridades *criollos* foram reguladas por instâncias de poder conhecidas como secretarias mapuche. Segundo Ojeda (2008), estas consistiram em fábricas epistolares, constituídas por um núcleo burocrático de *lenguaraces* (tradutores), escrivães e *longkos*, expressando o caráter coletivo e mediado assumido pela escritura em uma cultura indígena tradicionalmente oral.

A década de 1850 como ponto de inflexão na política indigenista chilena

A partir de meados do século XIX, a relação diplomática e nem sempre conflituosa estabelecida entre indígenas e *criollos* nas fronteiras do *Gülu mapu* – em especial no território denominado pelos colonizadores de “Araucania”¹² – se viu progressivamente inviabilizada pelo delineamento de “ideologias de ocupação”, as quais, segundo Rodriguez (2003), buscaram fundamentar e legitimar a organização de ofensivas militares destinadas à incorporação do território mapuche à jurisdição do Estado nacional chileno. Verificou-se então a radicalização da linguagem política empregada para se referir aos mapuche e ao crescimento do sentimento contrário aos indígenas no seio da sociedade chilena.

O “aprisionamento” dos nativos entre dois focos expansivos de colonização, a partir da chegada dos primeiros colonos alemães a Valdívía, Puerto Octay e Puerto Montt, assim como os inúmeros incidentes envolvendo *criollos* e os mapuche nas áreas de fronteira¹³, geraram uma

¹² Situada a 667 km de Santiago, a Araucania possui atualmente como limites geográficos o Bío Bío ao norte, a região dos Lagos Andinos ao sul, a leste a República Argentina e a oeste o Oceano Pacífico.

¹³ Dentre esses incidentes, destacam-se: o naufrágio do brigue *Joven Daniel* nas praias de Puancho (Valdívía), em julho de 1849, que suscitou boatos dramáticos e repletos de requintes de crueldade, que atribuíam aos mapuches a responsabilidade pela matança dos marinheiros e pelo rapto da passageira Elisa Bravo; a adesão dos mapuches à revolução de 1851, cujo estopim foi a oposição de Concepción à vitória de Manuel Montt sobre José María de la Cruz nas eleições presidenciais; a participação dos mapuches na revolta contra o governo de Manuel Montt, em 1859.

tensão irreduzível que encontraria sua válvula de escape no delineamento de propostas de conquista militar da Araucania. A perda de vidas e os demais prejuízos causados aos povos fronteiriços, assim como um sentimento coletivo de dignidade nacional maculado pelos mapuche, foram convertidos em justificativa para o aumento do contingente militar e para o avanço da ocupação do território indígena.

A imprensa certamente constituiu um dos mais profícuos canais de expressão e de disseminação do vocabulário político depreciativo do indígena na América Hispânica. No que diz respeito à experiência chilena, os jornais que tiveram uma atuação de destaque nesse debate foram *El Mercurio* de Valparaíso, *El Ferrocarril* de Santiago, *El Correo del Sur* de Concepción, *La Tarántula* de Concepción e *El Meteoro* de Los Ángeles. Fosse no âmbito nacional ou provincial, fato é que as “redes de sociabilidade” que configuraram a imprensa chilena se refletiam no conflito entre intencionalidades e estratégias discursivas direcionadas à produção de representações sobre os mapuche. Cada enunciação tornada pública atuava sobre a consciência dos receptores, suscitando posicionamentos e respostas por parte das demais comunidades linguísticas (POCOCK, 2003).

Os periódicos consistiram assim em espaços de acentuada fermentação intelectual, que converteram as operações militares na vanguarda do projeto de incorporação do Araucania à jurisdição chilena. “*La conquista de Arauco es la verdadera cruzada chilena*”, dizia um dos artigos publicados *El Correo del Sur* em 31 de maio de 1859, o qual atribuía ao Exército a missão de empreender uma campanha expedicionária que promoveria a ocupação total do território. Ainda que a guerra de extermínio e as espoliações violentas fossem verbalmente rechaçadas, comumente recorria-se ao princípio da “civilização universal” para negar aos indígenas o direito à “existência bárbara”.

A guerra entre os *araucanos del Mapocho* e os *araucanos de Arauco*¹⁴: resistência mapuche na "alta fronteira" da Araucania

Diferentemente da percepção indígena, que interpretava a incorporação dos seus territórios como uma "invasão", a política de territorialização implementada pelo Estado

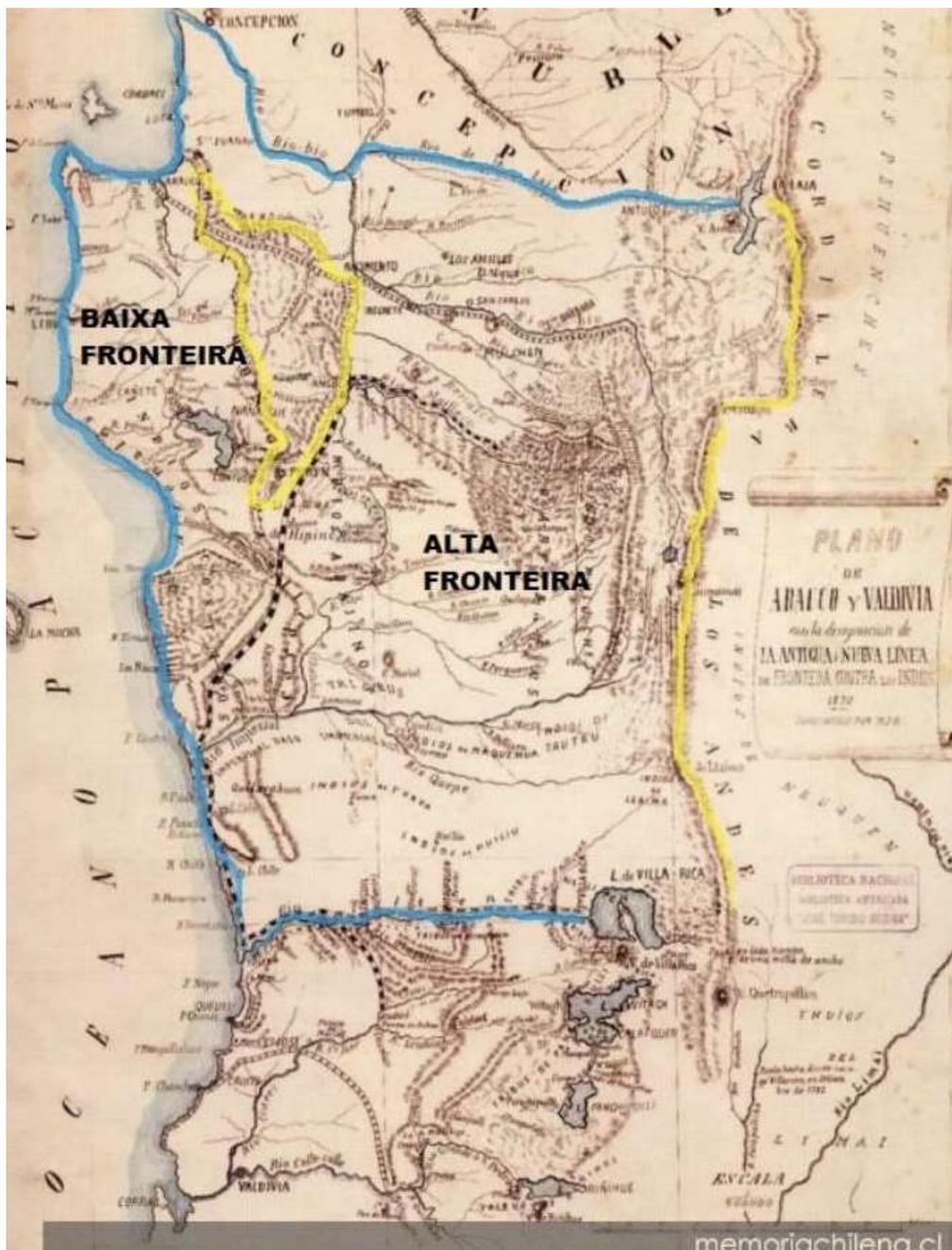
¹⁴ "Araucanos del Mapocho" e "araucanos de Arauco" são expressões empregadas pelo deputado Manuel Antonio Matta na 47ª Sessão Ordinária de 14 de agosto de 1868 para se referir aos dois lados da guerra travada no *Gülu Mapu*: os militares chilenos e os mapuche, respectivamente.

chileno a partir dos anos 1860 foi concebida pela intelectualidade *criolla* como uma “pacificação”. Propunha-se a “tranquilizar” o território convulsionado pela instabilidade política e pela ação de indígenas e *montoneros*¹⁵, sendo considerada a precondição para o avanço da fronteira até a antiga cidade de Villarrica, em concomitância com a colonização do território.

Na linha de frente do longo e paulatino processo de avanço territorial esteve Cornelio Saavedra. Após a interrupção de sua carreira militar em 1851, ocasião na qual combateu as forças santiaguenses ao lado do general José Maria de la Cruz, Saavedra ingressou no ramo empresarial voltado à exploração agrícola e de carvão. Trabalhava no porto de Lebu quando Manuel Montt visitou a recém-criada província de Arauco¹⁶. Aproveitou-se do contato com o presidente para convencê-lo das facilidades e das vantagens do deslocamento da fronteira; foi então reincorporado ao Exército e nomeado Intendente de Arauco em 1857. Mesmo tendo assumido o cargo de Intendente de Valparaíso após a repressão à revolução de 1859, permaneceu encarregado da instrução dos coronéis Francisco Villalón e Maurício Barbosa, aos quais foram atribuídos os comandos da “alta” e da “baixa fronteira”, respectivamente. (Anexo III)

¹⁵ Chefes militares originários das guerras de independência.

¹⁶ Província criada no ano de 1852, evidenciando o início de uma atitude mais incisiva por parte do Estado chileno no sentido de assegurar sua jurisdição na zona fronteiriça da Araucania. A partir de então, os territórios indígenas situados ao sul do Bío Bío e ao norte da província de Valdivia foram segregados de Concepción, assim como os departamentos e as comunas vizinhas que, a juízo do Presidente da República, conviessem ser incorporados. Los Ángeles foi erigida como capital da nova província e o rio Bío Bío taticamente reconhecido como limite territorial. O trecho situado entre os Andes e a encosta oriental da Cordilheira de Nahuelbuta foi denominado “alta fronteira” e o seguinte, até chegar ao mar, “baixa fronteira”.



Anexo III - A Província de Arauco, subdividida em “alta fronteira” (trecho situado entre os Andes e a encosta oriental da Cordilheira de Nahuelbuta) e “baixa fronteira” (trecho situado entre a Cordilheira de Nahuelbuta e o mar)

(Fonte: <www.memoriachilena.cl>)

Diferentemente do ocorrido na "baixa fronteira", onde os *longkos costinos* aceitaram condições bastante desfavoráveis como compensação pelos gastos decorrentes da guerra, a redução da porção territorial localizada entre os Andes e as encostas da Cordilheira de

Nahuelbuta revelou-se ao longo dos anos uma tarefa bem mais árdua que aquela estimada por Montt e Saavedra, em virtude da tenaz resistência dos *arribanos*. A consciência política do *longko* Juan Mañil Bueno (também conhecido como Manguil Wenu) e sua vasta rede de contatos ficam evidentes a partir da análise da ativa correspondência epistolar mantida entre sua secretaria e as autoridades *criollas* e indígenas no ano de 1860.

Em 30 de abril, Mañil Bueno recorreu à amizade mantida com Justo José de Urquiza, presidente da Confederação Argentina, para consultar-se acerca da legitimidade da guerra travada contra o governo de Manuel Montt e solicitar auxílio na defesa do território indígena ameaçado pelo expansionismo estatal. Passetti (2010) destaca que, nesse contexto, o *longko arribano* mantinha também estreitas relações políticas com o cacique *salinero*¹⁷ Juan Calfucurá, aliado de Urquiza na luta pela instauração do projeto liberal portenho. Considerava-o uma força militar a ser mobilizada na luta contra o governo de Santiago. O bom relacionamento por vezes existente entre os grupos mapuche do Chile com parcialidades indígenas da porção oriental da Cordilheira dos Andes, particularmente a Confederação de Calfucurá, ancorava-se em interesses práticos: o comércio de gado, o auxílio em *malones* e, sobretudo, o gozo do fornecimento de *raciones* (bens e víveres) instituído pelo governo de Juan Manuel de Rosas¹⁸.

Valendo-se do conhecimento sobre os tratados de paz firmados entre espanhóis e mapuche no período colonial, Mañil Bueno expôs ao general argentino sua indignação em relação à política colocada em prática pelo Estado chileno:

El gobierno patrio mandó proponerme la paz en 1837 y mi respuesta fue decirle: que [po]dria [ser], siempre que se respetase la línea del Biobío, y no se permitiese pasarlo a ningún cristiano a poblarlo y menos fuerza armada. Sin más antecedentes que los que refiero, el gobierno ha demarcado una provincia, traspasando el Biobío que abraza una parte considerable de nuestro territorio que actualmente habitamos, y por consiguiente nos quiere sujetar a su autoridad echando por tierra los tratados a que me refiero. A la sombra de esto se han introducido muchos pobladores bajo pretexto de que han comprado a unos indios, que ellos mismos han hecho dueños de terrenos, no siéndolo. (WENU, 1860 apud OJEDA, 2008, p.313)

¹⁷ Os *salineros*, liderados pela dinastia dos Curá (Juan Calfucurá e Manuel Namuncurá), habitavam a Lagoa de Chiloé e as Salinas Grandes, no *Puel mapu* (no qual se inserem os Pampas argentinos). Controlavam a via mais importante do circuito ganadero, denominada *rastrillada de los chilenos* e construíram uma confederação que abarcava muitos cacicados da região.

¹⁸ Juan Manuel de Rosas assumiu um papel importantíssimo na regulação das relações entre o governo de Buenos Aires e os indígenas. Em 1829, ao assumir o governo, institucionalizou as bases de um modelo de negociação diplomática conhecido como “Negócio Pacífico de Índios”. Inspirado nas práticas coloniais, transformou o fornecimento regular de *raciones* aos indígenas em um nexu econômico-social que os vinculava aos *criollos*.

Sabemos que a carta em questão nunca foi entregue ao destinatário, dada a ocorrência de uma nevasca que impossibilitou José Santos Quilapán, filho de Mañil Bueno, de alcançar o destino final. Entretanto, seu valor histórico está em apontar a existência de redes de intercâmbio político mantidas entre os dois países andinos.

Em seu ímpeto de resistência e em sua luta pela soberania, Mañil Bueno não hesitou em dirigir-se diretamente ao presidente chileno Manuel Montt. Algumas questões chamam atenção em uma correspondência datada de 21 de setembro de 1860. Primeiramente, o fato do *longko* ter deixado explícita a mediação exercida por um *lenguaraz* e um escrivão na redação do texto, dada sua inabilidade no manejo da escrita. Por esse motivo, ressalta a preocupação em manter o controle sobre a palavra veiculada. Percebe-se a desconfiança nutrida pelo líder mapuche em relação a tais funcionários, já que muitas vezes estes não compreendiam bem o *mapudungun* ou transmitiam propositalmente informações falsas ao governo ou aos indígenas. Dessa forma, torna-se compreensível a exigência feita por Mañil Bueno quanto à presença do frei Vitoria Palaviccino e do *lenguaraz* Pantaleon Sanchez, homens de sua inteira confiança, em qualquer negociação de paz com os *criollos*. Em suas palavras,

sin que venga el padre [...], el lenguaraz Pantaleon Sanchez, mui dificultoso será sepas la verdad. [Bernardino] Pradel nos asegura que en cincuenta años que manda el Gobierno de Santiago, jamás ha llegado allá la noticia de los agravios que nos han estado haciendo. (WENU, 1860 apud OJEDA, 2008, p.324)

Em segundo lugar, Mañil Bueno realiza uma crítica contundente à atuação de Cornelio Saavedra e dos demais oficiais do governo na “alta fronteira” da Araucania. Ao relatar a ocorrência de episódios de violência e crueldade, como o reproduzido abaixo, o *longko* deixava Manuel Montt a par da dura realidade fronteiriça, ao mesmo tempo em que legitimava a recusa dos *arribanos* às propostas de paz:

En noviembre llego otro Intendente que llaman Villalon, y el día 24 en la noche se apareció en nuestras tierras trayendo mil hombres y mostrando cañones, y se les dejaron caer a los Mauches, Bureano, Reinaquinos y Murchenos y les robaron todos sus animales, que no bajaría su número de nueve mil caballos, yeguas, vacas y ganado ovejuno, y les quemaron sus casas y llevaron cuanto encontraron en ellos, porque alcanzaron las familias que iban a esconderse en los montes. Los indios viejos y las indias que no pudieron llevar las degollaron como perros. El mismo Salbo [Salvo] hizo degollar a un indio, y después de muerto pasó a la casa y se llevó el costal de prendas de plata que tenia el indio y el ganado que cargó al cogote de su caballo; se llevaron algunos cautivos para venderlos. (WENU, 1860 apud OJEDA, 2008, p.321)

Fica claro que por mais que orquestrassem *malones* e depredações às propriedades na fronteira, os *arribanos* também se valiam da via institucional para fortalecer seu movimento de resistência e legitimar suas reivindicações. As correspondências enviadas às autoridades *criollas* e o tom negociador empregado nos discursos evidenciam o esforço de Mañil Bueno em solucionar os conflitos também por meio de relações políticas. Em fins de 1860, Mañil veio a falecer, deixando a cargo de seu sogro Faustino Quilahueque e de Quilapán o exercício da liderança dos *arribanos*.

Diante da dificuldade de estabelecer um acordo de paz duradouro entre os mapuche e o Estado chileno na “alta fronteira”, Cornelio Saavedra concentrou seus esforços para a ocupação do litoral da Araucania. Foi apenas em 1867 que o governo chileno dirigiu novamente sua atenção aos 500 mil hectares situados entre os rios Bío Bío e Malleco. Ao assumir o comando do Exército de Operações, Saavedra convocou *abajinos* e *arribanos* para a celebração de um *parlamento*, no intuito de comunicar a definitiva ocupação da linha do Malleco pelas forças militares. Inimigas, as duas parcialidades indígenas se recusaram a participar simultaneamente de um encontro, fato que tornou necessária à sua realização em duas ocasiões distintas. Tal fragmentação, inerente à sociedade indígena, revelou-se conveniente para os *criollos*, visto que *abajinos* e *arribanos* tradicionalmente mantiveram diferentes posicionamentos políticos em relação ao governo nacional chileno.

Na planície de Angol, Saavedra reuniu-se com os *abajinos*, episódio retratado por ele na memória enviada ao Ministério da Guerra em meados de 1868. Na ocasião, comunicou aos nativos que a fortificação das margens do Malleco buscava impedir os roubos, assassinatos e depredações na fronteira, assim como restabelecer a confiança e a segurança entre as populações da região. Segundo os relatos de Saavedra, apenas duas horas teriam sido suficientes para obter o consentimento dos *longkos abajinos*, interessados em conservar a paz com o governo nacional. Entretanto, estes teriam feito a importante ressalva de que “*los lugares que pensaba ocupar eran posesiones de las tribus arribanas, de las que ellos no podían disponer, y, por consiguiente, debía entenderme con aquéllas para su adquisición.*” (SAAVEDRA, 2008, p.92)

Já o desenrolar do *parlamento* realizado com os *arribanos* nas margens do rio Malleco foi bem mais conturbado. O histórico de resistência desses indígenas levou Saavedra a interpretar sua demora em comparecer ao encontro agendado como uma estratégia para se

apresentarem munidos de armas e de uma atitude hostil. Diante da situação, o comandante empregou um discurso de tom agressivo, ameaçando “fazer-lhes em pedaços”, “persegui-los pelas montanhas” e “fechar os caminhos da cordilheira” caso não se fizessem presentes no local combinado até a manhã seguinte à data inicialmente acertada.

Tão logo teve início a assembleia, o comandante expôs ao *longko* Quilahueque que o então presidente chileno José Joaquín Pérez estava disposto a oferecer-lhes a paz e a perdoá-los por suas “perversas condutas”. Para tanto, os indígenas deveriam submeter-se ao governo nacional, não oferecendo nenhuma forma de resistência à ocupação militar das margens do rio Malleco. Caso contrário, seriam “castigados com todo o rigor” mediante uma “guerra sangrenta”. O posicionamento de Quilahueque foi categórico: ainda que desejasse conservar a paz com os *criollos*, não tinha a autorização de seus companheiros para permitir a ocupação do território, tampouco estava disposto a passar-se por um traidor. De acordo com o periódico *La Tarántula*, Quilahueque teria proferido as seguintes palavras:

Es verdad que entre nosotros hai ladrones como también los hai entre UU, mas esto no quiere decir que lo sean todos los chilenos y todos los indios; yo por mi parte no lo soy, porque no quebrantaré los consejos que mi padre [Mañil Bueno] me dio al tiempo de morir. Estos fueron: ‘como heredero de mi autoridad y de mi nombre debes perseguir a los ladrones: haz bien a tus semejantes y trata de conservar la paz con el gobierno para que seas feliz’. Se nos ha reunido para tratar la paz, aquí nos tienes; si notas que no me acompañan todos los caciques respetables, no tengan cuidado, traigo sus poderes, pero no para ceder nuestras tierras. Si tal hiciese, seria un traidor. (QUILAHUEQUE apud LA TARÁNTULA, 7/12/1867)

A reação negativa dos *arribanos* ao comunicado de transposição da fronteira ao rio Malleco não se limitou ao âmbito discursivo, constituindo um prenúncio da dura guerra entre *criollos* e mapuche em vias de ser consumada. Na medida em que Saavedra prosseguia com os trabalhos de ocupação do território, o *longko* Quilapán estabelecia contato com as demais parcialidades indígenas do *Wallmapu*, no intuito de orquestrar sublevações contra as forças nacionais chilenas. Dentre os cerca de 4 mil guerreiros que foram reunidos estava o contingente enviado por Juan Calfucurá¹⁹. Essa colaboração aponta para o fato de que as fronteiras nacionais assumiram um sentido arbitrário para os nativos. Segundo Bechis (1999), estas foram

¹⁹ Deve-se levar em consideração que em 1867, o Congresso Nacional argentino havia aprovado a lei que determinava a transposição imediata da fronteira às margens dos rios Negro e Neuquén, por meio da realização de expedições militares punitivas contra os cacicados da região.

suplantadas pelo alto nível de integração cultural, social e econômico existente entre os povos que habitavam a região andina desde o período pré-hispânico.

Embora nesse momento a linha de fronteira do rio Malleco se encontrasse guarnecida por diversos fortes militares, a dominação total da Araucania não havia sido alcançada. Ainda era necessário ocupar militarmente a região compreendida entre o litoral e o rio Toltén, assim como toda a fronteira sul. Saavedra estimou que a execução dos trabalhos nessa extensão territorial não seria, em termos estratégicos, tão difícil ou custosa quanto havia sido a ocupação da fronteira norte do rio Malleco. Isso porque, na sua visão, os indígenas da região apresentavam um caráter menos altivo e guerreiro. Tais grupos mapuche eram retratados como em vias de degeneração: decresciam em termos populacionais, eram dizimados por doenças, abusavam do álcool, eram supersticiosos e não dominavam o uso das lanças, empregando estratégias mais rudimentares nos malones e nas situações de conflito.

Conforme aponta Bengoa (2000), a guerra contra os mapuche levada a cabo em 1869 traduziu-se numa verdadeira operação de pilhagem, assentada sobre a tática de “terra arrasada”. Limitou-se ao apresamento de animais, ao assassinato de mulheres e crianças, ao roubo e ao incêndio de propriedades. Em outras palavras, as regras de justiça e humanidade não nortearam as penalizações imputadas pelo Exército aos indígenas. Nesse ano, os mapuche também foram afetados por um rigoroso inverno, que trouxe consigo a fome, o frio e uma epidemia de varíola.

A gravidade da situação levou o frei Estanislao Leonetti²⁰ a aconselhar os *arribanos* a comparecerem a um encontro organizado por ele e por José Joaquín Pérez. Em resposta, o “cacique generalíssimo do território araucano” – como se autodenominou Quilapán – comunicou a Leonetti via correspondência que *“todos a un ánimo nos decidimos a dar un correo cada uno a su paternidad; para que vayan con U. a Santiago a verse con el presidente a esponer todos los motivos que nos han asistido para dar en contra del Gobierno encendiendo el fuego.”* (QUILAPÁN, 1869 apud OJEDA, 2008, p.460)

Segundo informações do periódico *El Meteoro* de Los Ángeles, Quilahueque foi investido por Quilapán e pelos demais *longkos* dos poderes necessários para a negociação da

²⁰ Entre os anos 1860 e 1870, Estanislao Leonetti foi Prefeito Apostólico das Missões Franciscanas, contudo, sua influência não parece ter sido significativa nos meios hierárquicos da Igreja. Junto ao frei Vitoria Palavicino, foi um importante defensor dos direitos indígenas no Chile.

paz com o governo de Santiago. Segundo os termos firmados no tratado em 25 de setembro de 1869, o *arribano* reconheceu

[...] que deseandando poner término al estado de guerra en que nos hallamos comprometidos por seguir los malos consejos de falsos amigos, que reconociendo los crímenes de que nos hemos hecho reos en la época pasada, vemos que el Gobierno es demasiado indulgente perdonándonos, i que siendo el Gobierno la mas firme garantía para asegurar la posesión de nuestros terrenos i demás bienes que nos pertenecen, i que a fin de ponernos al abrigo de las autoridades de la República como verdaderos ciudadanos chilenos, nos comprometemos a respetar i hacer obedecer las siguientes bases como garantía de la paz que nos concede el Supremo Gobierno de la Nación. 1º. Nos comprometemos a entregar desde luego todos los cautivos que existan en nuestro territorio, como así mismo todos los ladrones o bandidos que se encuentren en él [...]. 2º. En prueba de nuestra sumisión a las leyes de la República i respetuosa obediencia a las autoridades constituidas, nos desprendemos de nuestras lanzas que entregaremos juntas con las demás armas que existan entre nosotros. 3º. Los indios que cometieren algún delito serán puestos inmediatamente a la disposición de las autoridades competentes. 4º. Respetaremos i haremos respetar la actual línea del Malleco i todos demás fuertes i poblaciones que el Gobierno quiera establecer i en el punto de nuestro territorio que estime conveniente. 5º. Nos obligamos a no enajenar, hipotecar ni empeñar a ningún particular el terreno que nos pertenece, el que venderemos al fisco exclusivamente. 6º. Como condición indispensable para la paz exigen la fundación de misiones en su territorio que les lleven los consuelos de la religión. (QUILAPÁN apud EL METEORO, 16/10/1869)

Em contrapartida, José Timoteo Gonzalez, representante legal do governo, ofereceu as seguintes condições aos *arribanos*:

1º. Que nombrará jueces de paz para dirimir las cuestiones que surjan entre nosotros a los cuales se les acatará como merecen. 2º. Que cuidará de la educación de nuestras familias, debiendo nosotros entregar desde luego dos hijos cada uno que servirán a la vez de garantía de nuestra fidelidad. 3º. Quedan relegados al olvido los ultrajes, salteos i demás crímenes cometidos por los indios de las tribus alzadas. 4º. Se nos respetan las propiedades, familias i haciendas que actualmente poseemos. 5º. Se castigará severamente a todo individuo que amenace nuestras personas i intereses. (GONZALEZ apud EL METEORO, 16/10/1869)

Antes mesmo do retorno de Quilahuéque ao *Wallmapu*, Quilapán já havia adquirido conhecimento dos tópicos abordados pelo tratado de paz acordado em Santiago. Evidência disso foi a correspondência escrita em seu nome pelo *lenguaraz* José Gerardo Medina, tendo como destinatário José Manuel Pinto, que havia assumido o posto de Saavedra no comando do Exército de Operações. Nela, Quilapán afirmou que só poderia cumprir a exigência de entrega dos cativos e malfeitores que se encontrassem em território indígena após a aprovação por uma junta geral, na qual a participação de Quilahuéque e dos demais caciques fazia-se indispensável. Também deixou claro que por mais que almejasse a paz, não poderia obtê-la no

momento, já que “*los [índios] de Purén tienen el fuego encendido y no se puede apagar*” (QUILAPÁN, 1869 apud OJEDA, 2008, p.464). Diante de tal circunstância solicitou que Pinto interviesse e aconselhasse tal agrupamento indígena a não “*robar y a lastimar gente porque si vuelven a venir se siguen y será perder el tiempo y trabajo que estoy haciendo por conseguir la tranquilidad con todas las tribus*” (QUILAPÁN, 1869 apud OJEDA, 2008, pp.464-465). Como podemos perceber, mesmo em seu auge, a guerra no *Wallmapu* nunca implicou um completo cessar de comunicação entre *criollos* e indígenas. Em meio às expedições militares e aos ataques às propriedades fronteiriças, subsistiram negociações políticas marcadas por avanços e retrocessos.

Em fins de 1869, as possessões situadas na linha do Malleco, na costa e em Purén foram enfim consolidadas, garantindo o guarnecimento dos departamentos de Angol, Nacimiento, Arauco e Lebu. Entretanto, era ainda necessário finalizar a fortificação da fronteira sul do rio Toltén, instituindo a vigilância sobre os indígenas do departamento de Imperial e da província de Valdivia. Para tanto, foi delegada a Cornelio Saavedra a tarefa de empreender os trabalhos de avanço territorial de Toltén até as ruínas da antiga cidade de Villarrica. Ainda que recomendasse o esgotamento de todos os meios pacíficos, prudentes e conciliadores para afastar os indígenas dos “maus propósitos”, Saavedra mais uma vez deixou claro que o emprego da força seria a atitude recomendada frente aos atos de resistência e de depredação.

A guerra na Araucania e a consolidação da linha do Toltén

Nos planos de Cornelio Saavedra, a ocupação da linha do rio Toltén até Villarrica era essencial para vigiar os caminhos da Cordilheira dos Andes, que serviam não apenas como refúgio para os indígenas rebeldes, mas também como via de comunicação entre o *Gülu mapu* e o *Puel Mapu*. Dominar permanentemente o “coração” da Araucania era interpretado como o único meio de concluir a questão de Arauco. Por essa razão, em janeiro de 1870 foi confiada a Manuel Olascoaga a organização de uma comissão destinada ao reconhecimento dos caminhos que conectavam a província de Valdivia a Villarrica. O militar argentino, que viveu exilado no Chile até 1873, havia participado ao lado de Cornelio Saavedra de expedições à Araucania.

Dentre as apreciações apresentadas por Olascoaga, destacou-se a confirmação da importância estratégica da linha militar do Toltén, em virtude da relação geográfica mantida entre ela e a fronteira projetada pela República Argentina no rio Negro. Olascoaga reforçou a

ideia de que a ocupação de Villarrica seria uma pré-condição para a criação de uma linha interoceânica de comunicação, fortificação e proteção mútua entre Chile e Argentina. Nas décadas seguintes, Manuel Olayo consistiu no principal defensor da proposta de realização de operações combinadas entre os exércitos dos dois países limítrofes, visando ao combate do “inimigo indígena” na cadeia andina.

Em uma nova tentativa de obter o consentimento dos agrupamentos indígenas da região para o avanço da linha do Toltén, assim como de apartá-los da influência exercida pelos *arribanos*, Saavedra convocou os caciques de Boroa, Huílio, Maquehua, Llaima, Allipén, Villarrica, Panguipulli e Imperial para a celebração de um *parlamento* em Toltén, nos dias 21 e 22 de janeiro de 1870. Segundo Saavedra, a proteção mútua entre *criollos* e indígenas conteria as depredações *arribanas* e as pretensões de dominação estrangeira na região. Embora tal discurso estivesse visivelmente dissociado de qualquer garantia de realização prática, ao que tudo indica foi capaz de mobilizar os nativos.

Todavia, Saavedra tinha ciência de que o equilíbrio de forças mantido na fronteira era tênue e vacilante. As constantes sublevações *arribanas* na linha do Malleco e a expectativa de um levantamento geral dos *williches*, *abajinos* e *costinos* levaram o Poder Executivo a aprovar medidas drásticas. José Joaquín Pérez ordenou a paralisação dos trabalhos na linha do Toltén e o deslocamento das tropas comandadas por Saavedra em direção à “alta fronteira”, onde poderiam atuar juntamente a José Manuel Pinto na hostilização dos rebeldes. Além disso, decretou Estado de Assembleia²¹ nos departamentos de Angol, Nacimiento, Lebu e Imperial, instituindo a pena de morte a todos que estabelecessem aliança com os indígenas rebelados. Por fim, solicitou ao Congresso a autorização para a conservação do reforço militar na linha do Malleco, mediante o aumento do exército permanente em 1500 homens e o investimento de 500 mil pesos.

Todas essas medidas foram incapazes de conter os *arribanos*. Quilapán orquestrou, em 25 de janeiro de 1871, o assalto à cidade de Collipulli e numerosos ataques parciais, que envolveram cerca de 1.000 nativos. Todavia, a contrapartida do Exército chileno contou com uma inovação tecnológica a seu favor. Conforme elucidada José Bengoa (2000), a utilização da

²¹ Consiste em um estado de exceção, declarado pelo Presidente da República quando uma ou mais províncias encontram-se invadidas ou ameaçadas em caso de guerra estrangeira. Nessa ocasião, o general-chefe do Exército adquire faculdades absolutas, podendo impor a seus subordinados todo tipo de penalidades.

carabina de repetição Spencer, arma até então desconhecida pelos mapuche, desequilibrou as forças no campo da guerra em prol dos *criollos*. A partir de então, um pequeno grupo de soldados tornou-se capaz de conter uma grande quantidade de indígenas munidos de lanças e *boleadoras*²².

Após ser parcialmente derrotado, Quilapán enviou uma correspondência a Orizombo Barbosa, então comandante do 8º batalhão, no intuito de negociar novos termos para o relacionamento entre os *arribanos* e o Estado chileno. Sobre a proposta de paz, Quilapán afirmou:

Estoy trabajando con algunos caciques para que vayan a Huequén a ver si pueden hacer la paz; ya están mui animados en el particular. Según lo que digan los jefes del Malleco, iré yo a concluir la paz, pero, cuando me quieran volver las tierras donde me dejaron viviendo mis padres i donde murieron con ellos mis antepasados! Amigo, mucho he sufrido; pero no estoi cansado i si no hago la paz haré la guerra, i cuando ya no me queden mocetones i caballos me iré al otro lado de la cordillera a implorar de los otros cabezas para ayuda para volver con más fuerza i más grupo. (QUILAPÁN, 1871 apud BENGOA, 2000, p.247)

Em seu discurso, o *longko* revelou-se reticente: já havia recebido muitas propostas de paz, mas na maior parte das vezes se sentira enganado e desrespeitado pelos *criollos*. Ademais, a paz era para ele indissociável do reconhecimento da soberania dos territórios indígenas ancestrais: caso esse termo não fosse acordado pelas autoridades nacionais, não hesitaria em aconselhar os caciques à resistência e à guerra. Ao fim e ao cabo, nenhum tratado de paz chegou a ser firmado na ocasião.

Se por um lado os mapuche encontravam-se enfraquecidos e incapazes de organizar movimentos expressivos de resistência, por outro, as renúncias de José Manuel Pinto e de Cornelio Saavedra aos comandos da "alta" e da "baixa" fronteira implicaram a interrupção das operações na linha do rio Toltén e do projeto de refundação de Villarrica. Deve-se considerar também que a Guerra do Pacífico (1879-1883) havia sido responsável pelo afastamento do Exército chileno do guarnecimento da fronteira da Araucania, função temporariamente assumida pela Guarda Nacional. Tal situação deixou a região exposta a interesses particulares, em prejuízo dos indígenas e dos projetos de expansão territorial anteriormente colocados em prática.

²² Instrumento de caça, composto de bolas metálicas ou pedras arredondadas, amarradas entre si por cordas. É arremessado nos pés do animal enquanto ele corre, causando-lhe a queda e possibilitando ao caçador capturá-lo.

Contudo, a vitória do Chile na guerra, evidente desde janeiro de 1881²³, trouxe consigo o fôlego necessário à resolução da questão de Arauco: provocou uma onda de entusiasmo, confiança e orgulho nacional, que contagiou o governo de Santiago e a opinião pública. Portanto, os elementos imprescindíveis à conquista da fronteira sul do *Gülu Mapu* encontravam-se disponíveis no Chile: um Estado forte e um Exército moderno, este último amparado por equipes de saúde (médicos e enfermeiros), material de construção e trabalhadores especializados no levantamento de fortes, instalação de telégrafos, fundação de povoados etc.

No decorrer de 1881, a aparente disposição dos governos chileno e argentino em superarem diplomaticamente as disputas limítrofes ainda existentes estimulou o contato amigável entre as altas cúpulas militares e ressuscitou as propostas de cooperação no que diz respeito à colaboração entre os Exércitos chileno e argentino na luta contra os indígenas. Tais propostas demonstraram-se bastante convenientes diante da ocorrência de uma sublevação geral mapuche, em novembro de 1881. Na ocasião, *arribanos*, *costinos* e *abajinos* receberam o apoio dos caciques do *Puel mapu*, igualmente pressionados pelo avanço da fronteira estatal sobre seus territórios.

O êxito da repressão orquestrada pelo Exército chileno à ofensiva mapuche garantiu que, no início de 1882, a linha do Cautín estivesse totalmente ocupada e integrada por redutos fortificados estáveis. Esse foi o ponto de partida para a etapa final de conquista da Araucania. Em 30 de novembro, uma divisão de 200 homens, a mando do tenente coronel Martín Drouilly, tomou posse dos vales do alto Bío Bío, entre os vulcões Callaqui e Lonquimay. Em 20 de novembro, uma coluna a cargo do coronel Gregorio Urrutia partiu de Angol em direção a Villarrica, aportando na cidade 39 dias mais tarde.

Nos caminhos de Villarrica...

A última etapa do longo processo de conquista do *Wallmapu* aqui descrito encontra-se amplamente documentada. Valiosos relatos sobre a "Campanha de Villarrica" foram

²³ Em janeiro de 1881, a vitória das tropas chilenas nas batalhas de San Juan e Miraflores garantiu a tomada da cidade de Lima. Até a sua finalização oficial, no ano de 1883, a Guerra do Pacífico viu-se reduzida a pequenos confrontos localizados. O cunho político-diplomático assumido pelo conflito a partir de então permitiu o retorno de parte considerável do contingente militar ao Chile, sobretudo de oficiais que haviam assumido um papel de destaque na ocupação da Araucania, como Cornelio Saavedra e Gregorio Urrutia.

produzidos por homens que acompanharam de perto a expedição comandada por Urrutia ao reduto mapuche na Araucania. Dentre eles, destacam-se o sargento maior Francisco A. Subercaseaux, veterano da Guerra do Pacífico, e “Sancho Huinca”, personalidade cuja trajetória pessoal nos é desconhecida, mas que expressa profundo conhecimento e compreensão sobre a realidade indígena²⁴.

É nítida a preocupação de Subercaseaux em salientar o viés pacífico da expedição a Villarrica. O fato de os militares não terem se deparado com uma tenaz resistência indígena, nos moldes dos anos anteriores, é interpretado por ele como um sinal de que os nativos haviam enfim reconhecido as “vantagens” decorrentes da civilização e do “tratamento benévolo” dispensado pelos militares (embora saiba-se que a desagregação e a pauperização da sociedade mapuche à época foram os fatores determinantes para a atenuação dos conflitos). Se os mapuche são descritos pelo sargento como dóceis, submissos e complacentes, tais elementos não são vistos como inerentes ao caráter indígena. Este, a seu ver, conservava intactos o ódio e o desprezo aos *huincas*²⁵. Portanto, a relativa tranquilidade imperante na Araucania é atrelada única e exclusivamente à postura paternal assumida pelo comandante Gregorio Urrutia.

Também para Sancho Huinca, a sobreposição da “civilização chilena” à “barbárie araucana” caminhava lado a lado à influência exercida pelas forças militares. Segundo ele, a presença dos oficiais nos territórios existentes entre os rios Cautín e Toltén permanecia “tão necessária como o oxigênio para a vida humana” (HUINCA apud EL MERCURIO, 07/02/1883). Isso porque caberia às autoridades militares o exercício de tarefas indispensáveis ao progresso da região, como a vigilância, a administração da justiça civil e criminal e a construção de edifícios, pontes e estradas.

A partir dos detalhes da expedição mencionados por Sancho Huinca e Subercaseaux, sabe-se que, partindo de Temuco, a coluna comandada por Gregorio Urrutia dirigiu-se até Pitrufquen, situada às margens do rio Toltén. Por ser intermediária entre Temuco e Villarrica

²⁴ O sargento maior Francisco A. Subercaseaux teve suas memórias publicadas em 1888 pela *Imprenta de la Librería Americana de Carlos*, em homenagem ao presidente José Manuel Balmaceda. *El Mercurio*, por sua vez, reproduziu ao longo de 1883 diversas cartas assinadas por Sancho Huinca.

²⁵ Oriundo do *mapudungun*, o termo “huinca” era utilizado, no século XVI, para denominar os conquistadores espanhóis, já que estes eram vistos como “novos incas”, que buscavam usurpar as terras indígenas. Nos séculos posteriores, essa denominação foi estendida a *criollos* e mestiços, também considerados invasores e usurpadores pelos nativos.

era uma localidade estratégica, bem como dotada de valor simbólico por consistir no centro da resistência indígena contra a dominação espanhola.

Contudo, é a descrição da chegada dos expedicionários aos escombros da cidade que mais chama a atenção. Os relatos evidenciam claramente o espanto daqueles que se depararam pela primeira vez com ruínas tomadas por uma vegetação impenetrável. Segundo Sancho Huinca, apenas um grande esforço de abstração permitiria a reconstituição imagética do esplendor que a cidade possuía no período colonial.

Tão logo alcançaram o destino final, Urrutia e o intendente de Valdivia, Anfion Muñoz, convocaram um *parlamento* com os *longkos williches*, cujos domínios situavam-se nas proximidades do rio Toltén: Pinchulef, chefe da redução de Guaipire; Epulef, de Villarrica; Puñalef, de Puncara e Panguilef, de Pucón. Manifestaram na ocasião que o intuito da missão não era bélico, mas sim civilizador; que o propósito era ocupar as ruínas coloniais de Villarrica e empreender sua reconstrução; que os indígenas que se portassem como “bons amigos” seriam transformados em cidadãos chilenos.

Segundo Subercaseaux, a primeira reação indígena a tais informações foi negativa. Epulef tentou estabelecer um limite para a penetração do Exército em suas terras, argumentando que

[...] sus mayores, dueños de la ciudad, habían sido lo más esclarecidos patriotas, y pelearon por su suelo hasta vencer los huincas [...] sus hazañas y títulos estaban escritos en hojas de un gran libro que le había sido legado como timbre de gloria y de honor. (SUBERCASEAUX, 1882-1883 apud VILLALOBOS, 2013, p.299)

Tal posicionamento refletia a desconfiança nutrida por determinados indígenas quanto à verdadeira intenção da visita dos *criollos* a Villarrica, assim como reforçava a incessante luta pela soberania, que se impunha como meta para muitos membros da comunidade mapuche no Chile. A recusa de Epulef em entregar Villarrica aos *criollos* levou Urrutia a assumir uma postura que pouco correspondia ao paternalismo e à complacência apresentados por Subercaseaux. O chefe da expedição teria na ocasião esclarecido aos nativos que

[...] como representante y soldado del Gobierno de Chile, dueño absoluto de esos territorios, tomaría posesión de cuanto terreno juzgase necesario para realizar debidamente los buenos propósitos de aquel, y que estando en la propia tierra no aceptaba en manera alguna la línea fronteriza que le fijaba; que sus soldados, agregó, irían donde les pluguiese; si cometían algunas exacciones, lo que no esperaba, los haría castigar, averiguadas las faltas de que se les acusase; que él ampararía a los

naturales como amigo y hermano, y por consiguiente nada tenían que temer. (SUBERCASEAUX, 1882-1883 apud VILLALOBOS, 2013, p.299)

Ao fim e ao cabo, Pinchulef concordou em entregar pacificamente Villarrica às autoridades chilenas, embora não tenha deixado de exigir que os nativos fossem tratados com consideração e que seus interesses e propriedades fossem respeitados. O desfecho do *parlamento* levou Anfion Muñoz a afirmar com satisfação que

[...] los indios que en ese día entregaron espontáneamente la ciudad que sus antepasados destruyeron bárbaramente hace cerca de 300 años, es jente que está lejos de ser esa raza salvaje que destruyó a Villa Rica: son personas razonables y que ya se comprenden las ventajas de la civilización que los invade. (MUÑOZ apud EL MERCURIO, 01/01/1883)

A fala de Muñoz dá margem a uma última indagação: por que, mesmo diante da conquista de quase totalidade da Araucania, os *criollos* não prescindiram da refundação da Villarrica? Qual era de fato a importância atribuída à ocupação de uma cidade enterrada e ocultada por uma selva virgem há 280 anos? O caminho para encontrarmos essas respostas parece estar indicado nos próprios relatos de Sancho Huinca e Subercaseaux, que se fixam no esplendor que a cidade alcançou no período colonial, pouco remetendo à sua importância no século XIX. As considerações positivas parecem não ir muito além das lembranças longínquas e do fértil imaginário que fora criado em torno de Villarrica: cidade romântica, misteriosa e rodeada de prodigiosas riquezas. A Villarrica do presente é descrita pelos expedicionários como um “desterro pouco apetecível”, privado de comunicações com o restante do Chile. Não seria exagero afirmar que um certo desencantamento envolveu as expectativas projetadas para o futuro da cidade. Segundo Sancho Huinca, embora a campanha militar estivesse em vias de finalização, seria ilusão prever que o desenvolvimento da região se verificaria em um prazo inferior a 30 anos.

Portanto, ao que tudo indica, o ímpeto de ocupar Villarrica era fomentado mais por questões simbólicas que por vantagens práticas. Em termos históricos, refunda-la significava fazer jus à memória dos antepassados espanhóis que, entre 1598 e 1602, haviam lutado até serem aniquilados pelos mapuche. Sancho Huinca lançou mão de um discurso que, não satisfeito em heroicizar a resistência espanhola, comparava Villarrica à “Pompeia sepultada pelas cinzas e lavas do Vesúvio”, às “cidades da Grécia antiga engolidas pelas ondas do

Mediterrâneo” e às “construções do Egito dos faraós tomadas pelas areias do deserto” (HUINCA apud EL MERCURIO, 02/04/1883).

No porvir do Estado nacional chileno que estava sendo construído em fins do século XIX, a população indígena definitivamente não teria mais espaço. Para Sancho Huinca, era visível a decadência dos mapuche: fosse em virtude de sua absorção pela raça branca ou da manutenção de sua vida independente. Nesse sentido, o indígena encontrava-se entre os termos do seguinte dilema: viver à sombra do chileno e ser incorporado à comunidade nacional ou retirar-se mais ao sul, onde teria alta probabilidade de padecer de epidemias, miséria e fome. De todos os modos, sua extinção era considerada um axioma indiscutível, um movimento lógico e natural que se sucederia em todo o continente americano. Traçado esse panorama, Huinca concluiu com satisfação que após duas décadas de intervenção *criolla*

¡Arauco ya no existe! Y quien quiera saber lo que fue la raza que pobló el suelo de nuestra patria, deberá buscarle entre las páginas de los viejos croniscones españoles. El que desee estudiarla en el sano de ella misma, se espone a sufrir el triste desengaño que hemos sido víctimas los que salimos de Santiago movidos por nuestro amor a la noble familia de Lautaros y Tucapeles. En lugar del encanto de la novedad solo hemos encontrado una mezcla poco simpática de antiguas costumbres que se borran y de modas nuevas desprovistas de todo atractivo y poesía. (HUINCA apud EL MERCURIO, 14/04/1883)

Por outro lado, essa constatação trazia consigo um certo tom saudosista. Afinal, o domínio exercido pela raça “forte e civilizada” sobre a “raça primitiva” implicava também a morte dos costumes mapuche e o próprio desaparecimento da Araucania. Diante desse panorama, o indígena a ser valorizado e defendido por Sancho Huinca no Chile era aquele situado no passado ou em vias de desaparecimento:

[...] el indio es bueno y solo pide ser bien tratado y defendido de los que lo esplotan. Los abusos de que a veces ha sido víctima le han convertido en general en nuestro enemigo y lo han hecho vengativo y supicaz; mas, ahí donde se ha conservado puro y alejado de sus constantes esplotadores, se le encuentra provisto de un fondo de cariño y lealtad bien diferente del carácter que generalmente nos entretenemos en suponerle. (HUINCA apud EL MERCURIO, 19/04/1883).

De fato, a incorporação da Araucania à jurisdição estatal implicou transformações significativas para os remanescentes da sociedade mapuche. Estes se dispersaram em mais de três mil comunidades, com escassos contatos entre si, o que gerou grandes dificuldades de centralização e de unificação enquanto povo. Foram distintas as formas de integração dos indígenas à vida social chilena. Enfraquecidos pela derrota militar, muitos dos que estiveram

antes envolvidos na lucrativa economia ganadeira foram convertidos em camponeses, dedicando-se à vida de semeadores e lavradores. A consequência mais visível dessa mudança foi a pauperização, em virtude da mercantilização da terra e das atividades agrícolas. Ademais, muitos nativos foram empregados no serviço militar, adquiriram educação ocidental nas missões religiosas anglicanas e capuchinhas, migraram para os grandes centros urbanos como Temuco ou participaram da construção das linhas férreas. Ao fim e ao cabo, os mapuche viveram um processo de desestruturação cultural e identitária. Entretanto, continuaram resistindo, persistindo e re-existindo no Chile.

Considerações finais: a longa duração da resistência mapuche

Nos séculos XIX e XX, a historiografia nacionalista relegou, via de regra, aos povos nativos da América o papel de vítimas de políticas assimilacionistas e de manipulações por parte dos *hispanocriollos*. Entretanto, as contribuições mais recentes de autores como Guillaume Boccara, José Bengoa, Jorge Pavez Ojeda, Graciana Pérez Závala, Ingrid de Jong, Martha Bechis, Marcela Tamagnini, dentre outros, apontam para o fato de que os mapuche participaram ativamente do processo de formação do Estado nacional chileno, já que tinham consciência do seu poder de negociação e eram capazes de construir formas de compreensão autênticas da nova realidade vivida. Em meio a essa participação, muitas vezes conseguiram que sua independência fosse reconhecida pelos representantes do poder colonial, tanto no período pré quanto pós-independência.

As novas abordagens historiográficas, baseadas no diálogo com a antropologia, possibilitam, por um lado, repensar a dinâmica interna das comunidades nativas, compreendendo suas frequentes divergências, as disputas internas por poder e as fluidas e variadas relações de aliança e de inimizade estabelecidas com as autoridades *criollas*. Ao introduzirem arbitrariamente a ideia de uma “indianidade” comum a todos os povos nativos, os colonizadores haviam atribuído um papel secundário às diferenças e especificidades que conformavam o universo sociocultural não europeu.

Por outro lado, também tornam possível reconhecer o caráter de longa duração assumido pela luta mapuche contra o colonialismo interno e a inserção subordinada no Estado chileno. A luta de Elsia Loncon, assim como a de Juan Mañil Bueno, José Santos Quilapán e dos demais *longkos* mapuche analisados por este artigo, se estabelece em prol da construção

de um Estado chileno plurinacional, que reconheça as nações indígenas preexistentes, seu direito à autonomia, à livre determinação e ao território originário. Busca refazer os laços de poder, o que implica o delineamento de uma ética de reconhecimento do "outro". Ao que tudo indica, um novo Chile, aquele há séculos almejado pelas lideranças indígenas do *Wallmapu*, está em vias de construção.

Referências Bibliográficas

BECHIS, Martha. "Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX". In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORI, Ricardo (compiladores). *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

_____. "Los lideratos políticos en el area arauco-pampeana en el siglo XIX: ¿poder o autoridad?". Trabalho apresentado no I Congreso Internacional de Etnohistoria, Buenos Aires, 17-21 de julho de 1989 e editado em Maria de Hoyos (coord.). Etnohistoria, publicación especial de NAYa en CD, Buenos Aires, 1999.

BENGOA, José. *História del pueblo mapuche (siglo XIX-XX)*. Santiago: Lome Eds, 2000.

_____. *El Tratado de Quilín. Documentos adicionales a la Historia de los antiguos mapuches del sur*. Santiago: Catalonia, 2007.

BOCCARA, Guillaume. "Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial". *Revista Tempo*, nº 23, 2007, pp.56-72.

_____. *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)*. Lima: IFEA; Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

Discurso de Elisa Loncon al asumir la presidencia de la Convención Constitucional. Disponível em: <<https://www.colegiodeprofesores.cl/2021/07/05/discurso-de-elisa-loncon-al-asumir-la-presidencia-de-la-convencion-constitucional/>> Acesso em: janeiro de 2022.

EL METEORO, nº 161, 30 de outubro de 1869.

EL METEORO, nº 159, 16 de outubro de 1869.

EL METEORO, nº16766, 7 de fevereiro de 1883.

EL METEORO, nº 16758, 1 de janeiro de 1883.

EL METEORO, nº 16834, 2 de abril de 1883.

EL METEORO, nº 16836, 14 de abril de 1883.

EL METEORO, nº 16836, 19 de abril de 1883

EL CORREO DEL SUR, nº 1109, 31 de maio de 1859.

HUENCHULEO, Jimena Pichinao. "Los parlamentos hispano-Mapuche como escenario de negociación simbólico político durante la colonia". In: *Ta Iñ Fijke Xipa Rakizuameluwün –*

Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012, pp.25-42.

JONG, Ingrid de. “Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional”. *Quinto Sol*, nº 13, 2009, pp. 11-45.

LA TARÁNTULA, nº 305, 7 de dezembro de 1867.

MANDRINI, Raúl e ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

OJEDA, Jorge Pavez. *Cartas mapuche (siglo XIX)*. Santiago: CoLibris/Ocho Libros editores, 2008.

PASSETTI, Gabriel. *O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas entre Argentina e Nova Zelândia (1826-1885)*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RODRIGUEZ, Jorge Pinto. *La formación del Estado y la Nación, y el pueblo mapuche. De la inclusión a la exclusión*. Santiago: Dirección de Bibliotecas, archivos y museos, 2003.

SAAVEDRA, Cornelio Saavedra. *Documentos relativos a la ocupación de Arauco*. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción/Pontificia Universidad Católica de Chile/Biblioteca Nacional, 2008.

SARASOLA, Carlos Martínez. *Nuestros paisanos los indios*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2011.

VILLALOBOS, Sergio (Recopilación e introducción). *Incorporación de la Araucanía*. Santiago: Catalonia, 2013.

ZÁVALA, Graciana Pérez. “Oralidad y escritura: los tratados de paz entre el Estado argentino y las tribos ranqueles”. *Revista Trefos*, Vol.3, nº1, Taller de Etnohistoria de la Frontera Sur, 2005.